



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício " Dr. Cássio de Freitas Levy "

Recebido(a) em 20/7/2001

às 17:10 horas

[Assinatura]  
Secretaria Administrativa

Projeto de Lei nº. 48, de 20 de julho de 2001.

DISPÕE SOBRE O DIREITO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS E DAS AÇÕES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. – A prestação de serviços e ações de saúde aos usuários, de qualquer natureza ou condição, no âmbito do município de Cordeirópolis, será universal e igualitária.

Art. 2º. – São direitos dos usuários dos serviços de saúde, no município de Cordeirópolis:

- I – ter um atendimento digno, atencioso e respeitoso;
- II – ser identificado e tratado pelo seu nome ou sobrenome;
- III – não ser identificado ou tratado por:
  - a) números;
  - b) códigos;
  - c) de modo genérico, desrespeitoso ou preconceituoso.
- IV – ter resguardado o segredo sobre os seus dados pessoais, através da manutenção do sigilo profissional, desde que não acarrete riscos a terceiros ou à saúde pública;
- V – poder identificar as pessoas direta e indiretamente por sua assistência, através de crachás visíveis, legíveis e que contenham:
  - a) nome completo;
  - b) função;
  - c) cargo;
  - d) nome da instituição.
- VI – receber informações claras, objetivas e compreensíveis sobre:
  - a) hipóteses diagnósticas;
  - b) diagnósticos realizados;
  - c) exames solicitados;
  - d) ações terapêuticas;
  - e) riscos, benefícios e inconvenientes das medidas diagnósticas e terapêuticas propostas;
  - f) duração prevista do tratamento proposto;
  - g) no caso de procedimentos diagnósticos e terapêuticos invasivos, a necessidade ou não de anestesia, o tipo de anestesia a ser aplicada, o instrumental a ser utilizado, as partes do corpo afetadas, os efeitos colaterais, os riscos e consequências indesejáveis e a duração esperada do procedimento;
  - h) exames e condutas a que será submetido;
  - i) a finalidade dos materiais coletados para exame;
  - j) alternativas de diagnósticos e terapêuticas existentes no serviço de atendimento ou em outros serviços;
  - k) o que julgar necessário.
- VII – consentir ou recusar, de forma livre, voluntária e esclarecida, com adequada informação, procedimentos e diagnósticos terapêuticos a serem realizados;
- VIII – acessar, a qualquer momento, o seu prontuário médico, nos termos do artigo 3º. da Lei Complementar Estadual nº. 791, de 09 de março de 1995;
- IX – receber, por escrito, o diagnóstico e o tratamento indicado com a identificação do nome do profissional e o seu número de registro, no órgão de regulamentação e controle da profissão;
- X – receber as receitas:
  - a) com o nome genérico das substâncias prescritas;
  - b) datilografadas ou em caligrafia legível;





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício " Dr. Cássio de Freitas Levy "

- c) sem a utilização de códigos ou abreviaturas;
  - d) com o nome do profissional e seu número de registro no órgão de controle e regulamentação da profissão;
  - e) com assinatura do profissional.
  - XI – conhecer a procedência do sangue e dos hemoderivados e poder verificar, antes de recebê-los, os carimbos que atestem a origem, a sorologia efetuada e prazo de validade;
  - XII – ter anotado em seu prontuário, principalmente se inconsciente durante o atendimento:
    - a) todas as medicações, com suas dosagens utilizadas;
    - b) registro de quantidade de sangue recebido, e dos dados que permitam identificar a sua origem, sorologias efetuadas e prazo de validade;
  - XIII – ter assegurado, durante as consultas, internações, procedimentos diagnósticos e terapêuticos, e na satisfação de suas necessidades fisiológicas:
    - a) a sua integridade física;
    - b) a privacidade;
    - c) a individualidade;
    - d) o respeito aos seus valores éticos e culturais;
    - e) a confidencialidade de toda e qualquer informação pessoal;
    - f) a segurança do procedimento.
  - XIV – ser acompanhado, se assim o desejar, nas consultas e internações, por pessoas por ele indicadas;
  - XV – ter a presença do pai nos exames pré-natais e no momento do parto;
  - XVI – receber do profissional adequado, presente no local, auxílio imediato e oportuno, para melhoria do conforto e bem-estar;
  - XVII – ter um local digno e adequado para o atendimento;
  - XVIII – receber ou recusar assistência moral, psicológica, social ou religiosa;
  - XIX – ser prévia e expressamente informado, quando o tratamento proposto for experimental, ou fizer parte de pesquisa;
  - XX – receber anestesia em todas as situações indicadas;
  - XXI – recusar tratamentos dolorosos ou extraordinários, para tentar prolongar a vida;
  - XXII – optar pelo local da morte.
- § 1º. – A criança, ao ser internada, terá, em seu prontuário, a relação das pessoas que poderão acompanhá-la integralmente, durante o período de internação.
- § 2º. – A internação psiquiátrica observará o disposto na Seção III do Capítulo IV – Título I da Segunda Parte da Lei Complementar Estadual nº. 791, de 09 de março de 1995.

Art. 3º. – Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 20 de julho de 2001.

REGINALDO MARTINS DA SILVA  
VEREADOR

**CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**  
**Estado de São Paulo**

---

**ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**PARECER**

**Propositura:** Projeto de Lei de Nº 48, de 20 de julho de 2001, de autoria do Nobre Vereador, Senhor Reginaldo Martins da Silva.

---

**Assunto:** Dispõe sobre o direito dos usuários dos serviços e das ações de saúde no município e dá outras providências.

---

**Parecer:**

O presente projeto regulamenta os direitos dos usuários dos serviços públicos de saúde no município de Cordeirópolis, disciplinando, em especial, a prestação do atendimento pelos profissionais da área e as prerrogativas dos pacientes.

O Município possui competência para regulamentar, fiscalizar e controlar as ações no âmbito da saúde pública, conforme preceitua o **artigo 190, caput, da Lei Orgânica Municipal**.

Complementando o dispositivo supramencionado, o **artigo 189 e incisos**, do mesmo diploma legal, determina que o poder público garantirá o direito à saúde promovendo o acesso universal e igualitário ao referido serviço, fornecendo informações e esclarecimentos de interesse individual e o atendimento integral do indivíduo.

Isto posto, não resta a menor dúvida de que é perfeitamente cabível a apresentação de projeto que regule o atendimento do serviço público municipal de saúde.

---

**Conclusão:**

De acordo com a manifestação acima, entendemos, S.M.J. que a presente proposição É LEGAL.

Cordeirópolis, 07 de agosto de 2001.

Luiz Eduardo Moraes Antunes  
OAB/SP.68.511







# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício " Dr. Cássio de Freitas Levy "

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer referente a Projeto de Lei nº. 48, de 20 de julho de 2001.

Referida proposição não recebeu emenda durante o prazo regimental.

Quanto aos dispositivos regimentais, nada temos a opor, pois nota-se que a propositura preenche todos os requisitos necessários.

Do ponto de vista legal e constitucional, encontra-se em consonância com as disposições vigentes.

Assim, verificamos que não existem impedimentos para a sua tramitação.

Desta forma, julgamos que o presente projeto está apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2001.

  
RUBENS METZNER  
RELATOR

  
TERESINHA ANGÉLICA GOMES DE SOUZA  
PRESIDENTE

  
LUIZ CARLOS DA SILVA  
MEMBRO





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício " Dr. Cássio de Freitas Levy "

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

### **Parecer sobre o Projeto de Lei nº. 48, de 20 de julho de 2001.**

Colocado em pauta pelo prazo regimental, não recebeu emendas.

Decorrido este prazo, o projeto foi enviado à Comissão de Justiça que, não encontrando impedimentos jurídico-constitucionais ou legais, opinou favoravelmente.

Dando continuidade ao processo legislativo, foi encaminhada a esta Comissão, para que opinasse sobre o mérito do projeto. De nossa parte, concordamos com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o presente.

Por este motivo, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº. 44, de 20 de julho de 2001.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2001.

  
CRISTIANO ANTONIO GUARASEMIN  
RELATOR

  
SÉRGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

  
CARLOS APARECIDO BARBOSA  
MEMBRO





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## Autógrafo n.º 2131

(Projeto de Lei n.º 48/2001, do vereador Reginaldo Martins da Silva)

DISPÕE SOBRE O DIREITO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS E DAS AÇÕES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

Art. 1º. – A prestação de serviços e ações de saúde aos usuários, de qualquer natureza ou condição, no âmbito do município de Cordeirópolis, será universal e igualitária.

Art. 2º. – São direitos dos usuários dos serviços de saúde, no município de Cordeirópolis:

I – ter um atendimento digno, atencioso e respeitoso;

II – ser identificado e tratado pelo seu nome ou sobrenome;

III – não ser identificado ou tratado por:

a) números;

b) códigos;

c) de modo genérico, desrespeitoso ou preconceituoso.

IV – ter resguardado o segredo sobre os seus dados pessoais, através da manutenção do sigilo profissional, desde que não acarrete riscos a terceiros ou à saúde pública;

V – poder identificar as pessoas direta e indiretamente por sua assistência, através de crachás visíveis, legíveis e que contenham:

a) nome completo;

b) função;

c) cargo;

d) nome da instituição.

VI – receber informações claras, objetivas e compreensíveis sobre:

a) hipóteses diagnósticas;

b) diagnósticos realizados;

c) exames solicitados;

d) ações terapêuticas;

e) riscos, benefícios e inconvenientes das medidas diagnósticas e terapêuticas propostas;

f) duração prevista do tratamento proposto;

g) no caso de procedimentos diagnósticos e terapêuticos invasivos, a necessidade ou não de anestesia, o tipo de anestesia a ser aplicada, o instrumental a ser utilizado, as partes do corpo afetadas, os efeitos colaterais, os riscos e consequências indesejáveis e a duração esperada do procedimento;

h) exames e condutas a que será submetido;

i) a finalidade dos materiais coletados para exame;

j) alternativas de diagnósticos e terapêuticas existentes no serviço de atendimento ou em outros serviços;

k) o que julgar necessário.

VII – consentir ou recusar, de forma livre, voluntária e esclarecida, com adequada informação, procedimentos e diagnósticos terapêuticos a serem realizados;





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Edifício " Dr. Cássio de Freitas Levy "

VIII – acessar, a qualquer momento, o seu prontuário médico, nos termos do artigo 3º. da Lei Complementar Estadual nº. 791, de 09 de março de 1995;

IX – receber, por escrito, o diagnóstico e o tratamento indicado com a identificação do nome do profissional e o seu número de registro, no órgão de regulamentação e controle da profissão;

X – receber as receitas:

a) com o nome genérico das substâncias prescritas;

b) datilografadas ou em caligrafia legível;

c) sem a utilização de códigos ou abreviaturas;

d) com o nome do profissional e seu número de registro no órgão de controle e regulamentação da profissão;

e) com assinatura do profissional.

XI – conhecer a procedência do sangue e dos hemoderivados e poder verificar, antes de recebê-los, os carimbos que atestem a origem, a sorologia efetuada e prazo de validade;

XII – ter anotado em seu prontuário, principalmente se inconsciente durante o atendimento:

a) todas as medicações, com suas dosagens utilizadas;

b) registro de quantidade de sangue recebido, e dos dados que permitam identificar a sua origem, sorologias efetuadas e prazo de validade;

XIII – ter assegurado, durante as consultas, internações, procedimentos diagnósticos e terapêuticos, e na satisfação de suas necessidades fisiológicas:

a) a sua integridade física;

b) a privacidade;

c) a individualidade;

d) o respeito aos seus valores éticos e culturais;

e) a confidencialidade de toda e qualquer informação pessoal;

f) a segurança do procedimento.

XIV – ser acompanhado, se assim o desejar, nas consultas e internações, por pessoas por ele indicadas;

XV – ter a presença do pai nos exames pré-natais e no momento do parto;

XVI – receber do profissional adequado, presente no local, auxílio imediato e oportuno, para melhoria do conforto e bem-estar;

XVII – ter um local digno e adequado para o atendimento;

XVIII – receber ou recusar assistência moral, psicológica, social ou religiosa;

XIX – ser prévia e expressamente informado, quando o tratamento proposto for experimental, ou fizer parte de pesquisa;

XX – receber anestesia em todas as situações indicadas;

XXI – recusar tratamentos dolorosos ou extraordinários, para tentar prolongar a vida;

XXII – optar pelo local da morte.

§ 1º. – A criança, ao ser internada, terá, em seu prontuário, a relação das pessoas que poderão acompanhá-la integralmente, durante o período de internação.

§ 2º. – A internação psiquiátrica observará o disposto na Seção III do Capítulo IV – Título I da Segunda Parte da Lei Complementar Estadual nº. 791, de 09 de março de 1995.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

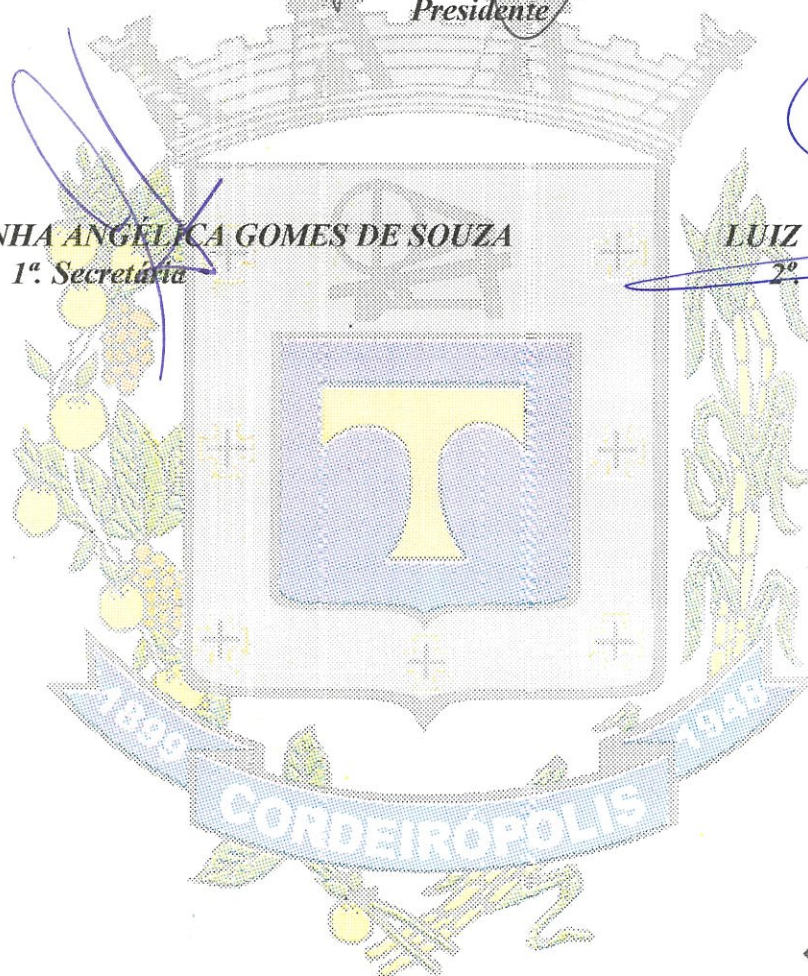
Art. 3º. – Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Câmara Municipal de Cordeirópolis, 27 de agosto de 2001.

  
**REGINALDO MARTINS DA SILVA**  
*Presidente*

  
**TERESINHA ANGÉLICA GOMES DE SOUZA**  
*1ª. Secretária*

  
**LUIZ CARLOS DA SILVA**  
*2º. Secretário*



**R E C E B I**  
Cordeirópolis, 30 de 08 de 2001  






# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

**LEI Nº 2055**  
**DE 03 DE SETEMBRO DE 2001.**

(Projeto de Lei nº. 48/2001, do vereador Reginaldo Martins da Silva)

DISPÕE SOBRE O DIREITO DOS USUÁRIOS  
DOS SERVIÇOS E DAS AÇÕES DE SAÚDE  
NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO:**

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Artigo 1º.** – A prestação de serviços e ações de saúde aos usuários, de qualquer natureza ou condição, no âmbito do município de Cordeirópolis, será universal e igualitária.

**Artigo 2º.** – São direitos dos usuários dos serviços de saúde, no município de Cordeirópolis:

- I – ter um atendimento digno, atencioso e respeitoso;
- II – ser identificado e tratado pelo seu nome ou sobrenome;
- III – não ser identificado ou tratado por:
  - a) números;
  - b) códigos;
  - c) de modo genérico, desrespeitoso ou preconceituoso.
- IV – ter resguardado o segredo sobre os seus dados pessoais, através da manutenção do sigilo profissional, desde que não acarrete riscos a terceiros ou à saúde pública;
- V – poder identificar as pessoas direta e indiretamente por sua assistência, através de crachás visíveis, legíveis e que contenham:
  - a) nome completo;
  - b) função;
  - c) cargo;
  - d) nome da instituição.
- VI – receber informações claras, objetivas e compreensíveis sobre:
  - a) hipóteses diagnósticas;
  - b) diagnósticos realizados;
  - c) exames solicitados;
  - d) ações terapêuticas;
  - e) riscos, benefícios e inconvenientes das medidas diagnósticas e terapêuticas propostas;
  - f) duração prevista do tratamento proposto;
  - g) no caso de procedimentos diagnósticos e terapêuticos invasivos, a necessidade ou não de anestesia, o tipo de anestesia a ser aplicada, o instrumental a ser utilizado, as partes do corpo afetadas, os efeitos colaterais, os riscos e consequências indesejáveis e a duração esperada do procedimento;
  - h) exames e condutas a que será submetido;
  - i) a finalidade dos materiais coletados para exame;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

j) alternativas de diagnósticos e terapêuticas existentes no serviço de atendimento ou em outros serviços;

k) o que julgar necessário.

VII – consentir ou recusar, de forma livre, voluntária e esclarecida, com adequada informação, procedimentos e diagnósticos terapêuticos a serem realizados;

VIII – acessar, a qualquer momento, o seu prontuário médico, nos termos do artigo 3º. da Lei Complementar Estadual nº. 791, de 09 de março de 1995;

IX – receber, por escrito, o diagnóstico e o tratamento indicado com a identificação do nome do profissional e o seu número de registro, no órgão de regulamentação e controle da profissão;

X – receber as receitas:

a) com o nome genérico das substâncias prescritas;

b) datilografadas ou em caligrafia legível;

c) sem a utilização de códigos ou abreviaturas;

d) com o nome do profissional e seu número de registro no órgão de controle e regulamentação da profissão;

e) com assinatura do profissional.

XI – conhecer a procedência do sangue e dos hemoderivados e poder verificar, antes de recebê-los, os carimbos que atestem a origem, a sorologia efetuada e prazo de validade;

XII – ter anotado em seu prontuário, principalmente se inconsciente durante o atendimento:

a) todas as medicações, com suas dosagens utilizadas;

b) registro de quantidade de sangue recebido, e dos dados que permitam identificar a sua origem, sorologias efetuadas e prazo de validade;

XIII – ter assegurado, durante as consultas, internações, procedimentos diagnósticos e terapêuticos, e na satisfação de suas necessidades fisiológicas:

a) a sua integridade física;

b) a privacidade;

c) a individualidade;

d) o respeito aos seus valores éticos e culturais;

e) a confidencialidade de toda e qualquer informação pessoal;

f) a segurança do procedimento.

XIV – ser acompanhado, se assim o desejar, nas consultas e internações, por pessoas por ele indicadas;

XV – ter a presença do pai nos exames pré-natais e no momento do parto;

XVI – receber do profissional adequado, presente no local, auxílio imediato e oportuno, para melhoria do conforto e bem-estar;

XVII – ter um local digno e adequado para o atendimento;

XVIII – receber ou recusar assistência moral, psicológica, social ou religiosa;

XIX – ser prévia e expressamente informado, quando o tratamento proposto for experimental, ou fizer parte de pesquisa;

XX – receber anestesia em todas as situações indicadas;

XXI – recusar tratamentos dolorosos ou extraordinários, para tentar prolongar a vida;

XXII – optar pelo local da morte.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

§ 1º. – A criança, ao ser internada, terá, em seu prontuário, a relação das pessoas que poderão acompanhá-la integralmente, durante o período de internação.

§ 2º. – A internação psiquiátrica observará o disposto na Seção III do Capítulo IV – Título I da Segunda Parte da Lei Complementar Estadual nº 791, de 09 de março de 1995.

**Artigo 3º.** – Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, 03 de setembro de 2001; 53º da Emancipação Político-Administrativa do Município.

**ELIAS ABRAHÃO SAAD**  
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal "Antonio Thirion", em 03 de setembro de 2001.

**JOSÉ APARECIDO BENEDITO**  
Coordenador Administrativo-Chefe  
Departamento de Administração